

# Servidor se vê como bóia-fria de luxo

“Somos os bóias-frias de luxo”. Assim uma assessora parlamentar de deputados define a esdrúxula situação jurídica do secretariado, que trabalha sem vínculo com a Câmara e, ao mesmo tempo, sem direito a férias e Fundo de Garantia. “Se um de nós perder o emprego, sai daqui sem nada. O único direito que temos é o 13º salário”, queixa-se. Mais grave ainda é que muitos dos deputados reservam os salários mais altos para os familiares, deixando o restante do pessoal do gabinete com os vencimentos mais baixos.

“Esse pessoal realmente tem uma situação muito difícil. Quem trabalha mesmo, em geral, ganha pouco e não tem a menor segurança”, observa Luiz Bicalho, do Sindsep. Cada deputado tem direito a uma verba de Cr\$ 1.678.276,60, brutos para o pagamento de cinco a

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Julho de 1988  
(fase final da Constituinte)

5.179 funcionários  
487 deputados  
(11,04 funcionários/deputado)  
Folha líquida dos  
funcionários do quadro:  
115.740 salários mínimos

Salário médio líquido  
(exceto secretariado  
parlamentar):  
22,47 mínimos  
Salário líquido do  
deputado: 96,45 mínimos

Julho de 1991  
(16 meses de Governo Collor)

3.300 funcionários  
503 deputados  
(6,56 funcionários/deputado)  
Folha líquida dos funcionários  
do quadro: 43.545 mínimos,  
ou Cr\$ 1 bilhão  
007 milhões

Salário médio líquido  
(exceto secretariado  
parlamentar): 13,19 mínimos,  
ou Cr\$ 305.227,00  
Salário líquido do deputado:  
45,39 mínimos, ou Cr\$ 1.050.000,00

12 funcionários em seu gabinete. O parlamentar não vê esse dinheiro, pois o pagamento é feito diretamente ao funcionário, mas já houve denúncias de deputados que obrigavam o pessoal a dividir o salário com eles. O depósito seria feito diretamente na conta do deputado e quem discordasse seria simplesmente dispensado.

Os salários nos gabinetes obedecem a uma tabela da própria Câmara, oscilando em 16 faixas. O menor está em Cr\$ 45.880,00 e o maior, em Cr\$ 275.299,74. O deputado, se desejar, pode aplicar a gratificação de atividade legislativa, reajustando os valores em 100%, para Cr\$ 91.760,00 a Cr\$ 550.599,48, brutos. Em geral, o salário mais alto é concedido a uma ou duas pessoas e os demais têm que dividir o restante. (J.L.R.)